

## Conhecimentos Específicos Técnico em Saúde - Agente de Saneamento

1. Lei nº 3.832, De 30 de dezembro de 1994: Institui o Código Sanitário do Município de Bauru e dá outras providências .....	7
2. Cartilha sobre Boas Práticas para Serviços de Alimentação, em conformidade com a Resolução RDC nº. 216/2004.....	27
3. Resolução RDC no. 222 de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências .....	33
4. Portaria de Consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Anexo XX – do Controle e da Vigilância da Qualidade da água para Consumo Humano e seu padrão de Potabilidade Art. 1 ao 56º.....	45
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 .....	57
6. Decreto no 12.342 de 27 de setembro de 1978. Dispõe sobre normas de promoção, preservação e recuperação da saúde no campo de competência da Secretaria de Estado da Saúde .....	112
7. Lei 10.083 de 23 de setembro de 1998. Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo .....	157
8. Secretaria de Estado da Saúde. Centro de Vigilância Epidemiológica. Diretrizes para a prevenção e controle das arboviroses urbanas no Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde, 2017. pag.7 a 15 e pag. 40 a 51 .....	169

## Legislação SUS

1. Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: IMESP, 1988 Seção II – Da saúde, Art. 196 a 200.....	179
2. Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.....	180
3. HumanizaSUS - Política Nacional de Humanização: A humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.....	184
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências .....	189
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.....	199
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2436/GM de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)...	200
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 4 de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde/ Anexo III – Ações e Serviços de Vigilância em Saúde, Cap. I, II, III e IV.....	222
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução CNS nº 588 de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Vigilância em Saúde .....	227

## Língua Portuguesa

1. Compreensão/ Interpretação de textos.....	237
2. Gêneros Textuais e suas características .....	241
3. Emprego de Vocabulário.....	248
4. Acentuação gráfica - de acordo com o Novo Acordo Ortográfico.....	249
5. Uso dos Porquês .....	250
6. Morfologia (classes de palavras): substantivo, adjetivo, artigo, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição e numeral.....	250
7. Uso do verbo – flexão verbal – compreensão das pessoas e tempos verbais .....	259
8. Sintaxe - (estudo do sujeito, predicado, verbos transitivos, verbos intransitivos, objeto direto, objeto indireto). Período Simples e Período Composto .....	262
9. Uso da Crase .....	264
10. Concordância nominal e Verbal .....	265
11. Emprego dos sinais de pontuação .....	266
12. Denotação e conotação .....	268
13. Figuras de linguagem .....	269
14. Pontuação .....	271

## Informática

1. Sistema Operacional Microsoft Windows (7 ou superior). Criação de pastas (diretórios), arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas .....	281
2. Pacote Office365, Libreoffice e WPS Office.....	299
3. Processador de texto Word. Editor de Texto: edição e formatação de textos .....	303
4. Planilha eletrônica Excel .....	312
5. Editor de apresentações PowerPoint.....	318
6. Conceitos de informática, hardware e software .....	325
7. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet e Intranet, Protocolos Web, World Wide Web, Navegadores de Internet, busca e pesquisa na Web.....	327
8. Conceitos de tecnologias e ferramentas de colaboração, correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns e wikis .....	334
9. Plataformas de videoconferência .....	339
10. Conceitos de proteção e segurança, vírus e ataques a computadores .....	348
11. Conceitos de acesso a distância a computadores.....	352
12. Conceitos de computação em nuvem.....	353

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

VI- controlar, mensalmente, a receita e despesa do Fundo Municipal de Saúde;

VII- comunicar, de pleno, ao Prefeito e à Câmara Municipal, as irregularidades na execução de Planos ou no gerenciamento do Fundo;

VIII- opinar sobre a expansão de recursos humanos e materiais, bem como sobre investimentos a serem efetuados no âmbito da Saúde; e

IX- discutir os problemas de Saúde suscitados pela população.

Art. 11. O Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a Lei nº 3.289, de 13 de dezembro de 1990, tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de Saúde, executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde, que compreendem:

I- o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;

II- a vigilância sanitária;

III- a vigilância epidemiológica e ação de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes; e

IV- o controle e a fiscalização das agressões ao meio ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.

### LIVRO III SANEAMENTO DO MEIO

#### CAPÍTULO I SANEAMENTO AMBIENTAL E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

##### TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. Constituem fatores ambientais de risco à Saúde aqueles decorrentes de qualquer situação ou atividade no meio ambiente, principalmente os relacionados a organização territorial, ambiente constituído, saneamento ambiental, proliferação de artrópodes nocivos, vetores e hospedeiros intermediários, atividades produtivas e de consumo, além das substâncias tóxicas, explosivas, inflamáveis, corrosivas e radioativas que ocasionem ou possam vir a ocasionar risco ou danos à Saúde, vida ou qualidade de vida.

Art. 13. As ações de saúde referentes ao ambiente, além de estimular a ação conjunta entre órgãos afins nas três esferas de poder, terá a (SEMMA) Secretaria Municipal do Meio Ambiente como órgão consultor e tem por objetivo:

I- assegurar condições de desenvolvimento adequado à saúde nas atividades básicas do homem como: habitação, circulação, recreação e trabalho;

II- propiciar melhoria, manutenção e controle da qualidade do ambiente, nele incluindo o do trabalho, garantindo condições de saúde, conforto, higiene, salubridade, segurança e bem-estar individual e coletivo;

III- estimular a participação dos cidadãos para elevar a qualidade de vida da cidade e manter as conquistas adquiridas quanto ao uso racional do ambiente e da saúde; e

IV- intervir diretamente no uso e na ocupação do solo para manutenção do equilíbrio estabelecendo:

a) a prevalência do direito coletivo ao ambiente saudável e equilibrado, em relação a indivíduo;

b) o planejamento, monitoramento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

c) a proteção aos ecossistemas, incluindo suas áreas e espécies representativas;

d) o fornecimento, controle e eliminação das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

e) a recuperação de áreas degradadas e proteção das áreas ameaçadas de degradação ambiental;

f) a racionalização do uso do solo, água, flora, ar e subsolo;

g) o incentivo ao estudo, pesquisa e emprego de tecnologia orientadas para o uso racional e proteção dos recursos ambientais e de saúde;

h) os programas de educação de saúde ambiental específico, voltados para a população levantando as situações de risco, agravos à saúde e má utilização de recursos materiais ou artificiais;

i) as normas e padrões, em cooperação com órgãos afins, de proteção e melhoria da qualidade ambiental e da saúde, dentro da sua competência;

j) prévio parecer técnico sobre a implantação, o licenciamento e o controle de empreendimentos e atividades que interfiram na qualidade do ambiente e da saúde; e

k) a definição de áreas de atuação e programas nos quais a ação do Executivo deva ser prioritária.

Art. 14. As normas para Parcelamento, Uso e Ocupação do solo no Município de Bauru, devem seguir as disposições da Lei Municipal nº 2.339, de 15 de fevereiro de 1982, bem como as alterações que possa ocorrer.

Art. 15. Todo assentamento urbano, para fins domésticos, comerciais, industriais ou mistos será provido de sistema de drenagem que impeça a estagnação de águas pluviais.

Art. 16. Todo sistema viário possuirá um sistema de drenagem visando impedir a erosão do solo e a estagnação de águas pluviais.

#### CAPÍTULO II LIMPEZA PÚBLICA E DESTINO DE RESÍDUOS

##### SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Para os efeitos deste Código, lixo é o conjunto heterogêneo constituído de materiais sólidos residuais, provenientes de atividades humanas, bem como de animais mortos ou detritos que, por sua natureza, coloque em risco a saúde pública.

Art. 18. Compete à Prefeitura Municipal a remoção de:

I- resíduos domiciliares;

II- materiais de varreduras domiciliares;

III- resíduos sólidos de características domiciliares, originários de estabelecimento público, institucionais, de prestação de serviços, comerciais e industriais; e (Redação dada pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

IV- animais mortos de pequeno porte.

§ 1º No que se refere ao inciso III, devem ter tarifa especial, definida pelo Poder Executivo através de decreto, os grandes geradores comerciais, industriais e de prestação de serviços. (Redação dada pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

§ 2º No que se refere aos incisos I, II e IV do “caput” deste artigo, as despesas com os serviços de remoção prestados devem ter seus custos cobertos pela Taxa Sanitária estipulada e cobrada pelo Poder Executivo conforme lei específica. (Acrescentado pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

Art. 19. Cabe à Prefeitura, diretamente ou por delegação, mediante tarifas de recolhimento, estabelecer a remoção dos seguintes materiais:

I- resíduos considerados infectantes, provenientes de serviços de saúde e congêneres;

II- animais mortos de grande porte; e

III- restos de limpeza e poda de jardins.

Art. 20. Compete ainda à Prefeitura Municipal:

I- a limpeza das áreas públicas em aberto;

II- a capinação e roçada dos leitos das ruas, bem como a remoção do produto resultante;

III- o tratamento e destinação final dos resíduos;

IV- a conservação da limpeza pública executada na área do Município; e

V- a limpeza e desobstrução do sistema de drenagem, de águas pluviais.

Parágrafo único. Caberá à EMDURB expedir Normas Técnicas Especiais (NTE), mediante portaria, visando disciplinar os serviços de coleta e destinação final dos resíduos sólidos infectantes. (Acréscido pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

Art. 21. A execução dos serviços de limpeza pública e remoção de resíduos sólidos de competência do Poder Executivo poderá ser realizada diretamente ou por delegação, permitida ao Poder Executivo a contratação de empresas especializadas em ambos os serviços, previamente cadastradas, observadas as disposições pertinentes à matéria. (Redação dada pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

Art. 22. É proibido realizar triagem ou catação no lixo, de qualquer objeto, material, resto ou sobra, mesmo se de valor insignificante, seja qual for sua origem.

Parágrafo único. A triagem só será permitida em casos e locais, expressamente autorizados, a critério da Prefeitura ou a quem delegar.

Art. 23. Os lixos ou resíduos sólidos não devem ser lançados em cursos d'água, lagos e lagoas, salvo na hipótese de necessidade de aterro de lagoas artificiais, autorizados pelo órgão estadual de controle da poluição e de preservação ambiental.

Art. 24. É proibido atear fogo em lixo de qualquer natureza, depositado nas ruas, calçadas, terrenos baldios ou terrenos edificadas. (Redação dada pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

Art. 25. Os resíduos sólidos ou semissólidos de qualquer natureza não devem ser colocados ou incinerados a céu aberto, tolerando-se apenas:

I- a acumulação temporária de resíduos de qualquer natureza, em locais previamente aprovados, desde que isso não ofereça risco à saúde pública e ao meio ambiente, a critério das autoridades de controle da poluição e de preservação ambiental ou de saúde pública; e

II- a incineração de resíduos sólidos ou semissólidos de qualquer natureza, a céu aberto, em situações de emergência sanitária.

Art. 26. Os resíduos resultantes dos serviços de saúde e congêneres, devem ser armazenados em abrigos apropriados para a guarda dos recipientes, obedecendo às Normas Técnicas da ABNT. Portarias, Instruções Normativas e Resoluções em vigor e que disciplinem a questão em âmbito federal, estadual ou municipal. (Redação dada pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

Parágrafo único. O estabelecimento gerador de resíduos de serviços de saúde, cuja produção semanal não exceda 700 (setecentos) litros, pode optar pela instalação de um abrigo reduzido, obedecendo as normas vigentes.

## SEÇÃO II ACONDICIONAMENTO DO LIXO E APRESENTAÇÃO À COLETA

Art. 27. O lixo domiciliar a ser coletado regularmente deve apresentar-se embalado em sacos plásticos, com capacidade máxima de 100 (cem) litros, não ultrapassando o peso máximo de 20 (vinte) quilos cada embalagem. (Redação dada pela Lei nº 3986 de 14/12/1995)

§ 1º Dependendo do tipo de lixo a ser embalado, os sacos plásticos deve ser reforçados.

§ 2º É proibido acumular lixo a fim de utilizá-lo ou removê-lo, para outros locais que não estabelecidos pela Prefeitura.

§ 3º Não poder ser acondicionado com o lixo domiciliar qualquer outro tipo de lixo.

§ 4º O lixo deve ser apresentado à coleta no máximo com 2 (duas) horas de antecedência de sua efetuação.

Art. 28. Os materiais recicláveis do lixo domiciliar, tais como papéis, plásticos, vidros, metais, borrachas, pilhas e outros, devem, paulatinamente e através de campanhas periódicas ser acondicionadas em sacos plásticos, conforme determinação do artigo anterior.

§ 1º Os materiais perfurantes ou cortantes devem ser protegidos antes do acondicionamento, evitando-se acidentes.

§ 2º Os materiais recicláveis, sempre que possível serão coletados distintamente do lixo orgânico.

Art. 29. Os resíduos considerados infectantes, provenientes de serviços de saúde, devem obedecer o seguinte:

I- ser acondicionados em saco plástico, branco leitoso, com capacidade máxima de 40 (quarenta) litros cada;

II- resíduos perfurantes ou cortantes, após desinfecção, devem ser acondicionados em recipientes rígidos;

III- os resíduos infectantes procedentes de análise clínicas, hemoterapia e pesquisa microbiológica, devem ser submetido a esterilização na unidade geradora;

IV- os resíduos líquidos infectantes, como sangue, secreções, excreções e outros líquidos orgânicos, devem ser submetidos a tratamento na própria instituição, anterior ao lançamento na rede pública de esgoto, conforme exigência do órgão competente de controle ambiental; e

V- os resíduos infectantes, compostos por membros, fetos, órgãos e tecidos humanos, devem ser acondicionado, separadamente, em plásticos e armazenados em câmara fria no serviço de anatomia patológica.

§ 1º O transporte dos resíduos referidos acima, será feito por veículos adequados, revestidos de material plástico, fibra de vidro ou aço inox, liso e resistente à lavagem.

§ 2º A remoção de que trata este artigo, deve ter roteiro e horário preestabelecidos, devendo ser de conhecimento geral, para garantir segurança e higiene à população.

§ 3º Os estabelecimentos geradores de resíduos de serviços de saúde tem que ter um responsável qualificado pelos serviços de limpeza, pois não serão coletados resíduos infectantes ou comuns sem o devido acondicionamento.

Art. 30. Os resíduos sólidos de natureza tóxica, bem como os que contém substâncias inflamáveis, corrosivas, explosivas, radioativas e outras consideradas prejudiciais, devem sofrer tratamento ou acondicionamento adequado, no próprio local de produção, e nas condições estabelecidas pelo órgão estadual de controle da poluição e de preservação ambiental.

c) comunicar imediatamente à população, de forma clara e acessível, sobre os riscos associados ao abastecimento de água e medidas a serem adotadas; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XI - determinar ao responsável por SAA ou SAC, quando verificadas não conformidades que apontem para situações de risco à saúde, que: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

a) elabore plano de ação; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

b) adote e informe as medidas corretivas; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

c) amplie o número mínimo de amostras; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

d) aumente a frequência de amostragem; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

e) inclua o monitoramento de parâmetros adicionais; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XII - intensificar as ações do Programa Vigiagua quando ocorrerem eventos de massa, situações de risco a saúde ou eventos de saúde pública relacionados ao abastecimento de água para consumo humano; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XIII - realizar as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano nas áreas urbanas e rurais, incluindo comunidades tradicionais, aglomerados subnormais, grupos vulneráveis e comunidades indígenas localizadas na sede do município e em terras indígenas não homologadas, neste caso de forma articulada com o respectivo Distrito Sanitário Especial Indígena; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XIV - avaliar o atendimento dos dispositivos deste Anexo, por parte do responsável por SAA ou SAC, notificando-os e estabelecendo prazo para sanar a(s) irregularidade(s) identificada(s); (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XV - encaminhar, imediatamente, aos responsáveis pelo controle da qualidade da água para consumo humano e as respectivas agências reguladoras, informações referentes aos eventos de saúde pública relacionados à qualidade da água para consumo humano; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XVI - solicitar aos responsáveis por SAA ou SAC as informações sobre os produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e sobre os materiais que tenham contato com a água para consumo humano durante sua produção, armazenamento e distribuição. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

Parágrafo único. Caso a autoridade de saúde não se manifeste no prazo determinado no inciso VIII, importará a aprovação tácita do plano de amostragem até manifestação em contrário, sem prejuízo de eventual responsabilização do responsável por SAA ou SAC por danos decorrentes de falha no plano de amostragem. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

## SEÇÃO V

### DO RESPONSÁVEL PELO SISTEMA OU POR SOLUÇÃO ALTERNATIVA COLETIVA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (REDAÇÃO DADA PELA PRT GM/MS Nº 888 DE 04.05.2021)

Art. 14. Compete ao responsável por SAA ou SAC: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

I - exercer o controle da qualidade da água para consumo humano; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

II - operar e manter as instalações destinadas ao abastecimento de água potável em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas pertinentes; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

III - fornecer água para consumo humano; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

IV - encaminhar à autoridade de saúde pública, anualmente e sempre que solicitado, o plano de amostragem de cada SAA e SAC, elaborado conforme art. 44 deste Anexo, para avaliação da vigilância; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

V - realizar o monitoramento da qualidade da água, conforme plano de amostragem definido para cada sistema e solução alternativa coletiva de abastecimento de água; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

VI - promover capacitação e atualização técnica dos profissionais que atuam na produção, distribuição, armazenamento, transporte e controle da qualidade da água para consumo humano; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

VII - exigir dos fornecedores na aquisição, comprovação de que os materiais utilizados na produção, armazenamento e distribuição não alteram a qualidade da água e não ofereçam risco à saúde, segundo critérios da ANSI/NSF 61 ou certificação do material por um Organismo de Certificação de Produto (OCP) reconhecido pelo INMETRO; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

VIII - exigir dos fornecedores, laudo de atendimento dos requisitos de saúde (LARS) e da comprovação de baixo risco a saúde (CBRS), para o controle de qualidade dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, considerando a norma técnica da ABNT NBR 15.784; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

IX - manter à disposição da autoridade de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios as informações sobre os produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e sobre os materiais que tenham contato com a água para consumo humano durante sua produção, armazenamento e distribuição; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

X - manter avaliação sistemática do SAA ou SAC, sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base nos seguintes critérios: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

a) ocupação da bacia contribuinte ao manancial; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

b) histórico das características das águas; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

c) características físicas do sistema; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

d) condições de operação e manutenção; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

e) qualidade da água distribuída; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XI - encaminhar à autoridade de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios os dados de cadastro das formas de abastecimento e os relatórios de controle da qualidade da água, conforme o modelo estabelecido pela referida autoridade; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XII - registrar no Sisagua os dados de cadastro das formas de abastecimento e de controle da qualidade da água, quando acordado com a Secretaria de Saúde; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

XIII - fornecer à autoridade de saúde pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios os dados de controle da qualidade da água para consumo humano, quando solicitados; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XIV - comunicar aos órgãos ambientais e aos gestores de recursos hídricos as características da qualidade da água do(s) manancial(ais) de abastecimento em desacordo com os limites ou condições da respectiva classe de enquadramento, conforme definido na legislação específica vigente; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XV - comunicar à autoridade de saúde pública alterações na qualidade da água do(s) manancial(ais) de abastecimento que revelem risco à saúde; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XVI - contribuir com os órgãos ambientais e gestores de recursos hídricos, por meio de ações cabíveis para proteção do(s) manancial(ais) de abastecimento(s) e da(s) bacia(s) hidrográfica(s); (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XVII - proporcionar mecanismos para recebimento de reclamações, e manter registros atualizados sobre a qualidade da água distribuída e sobre as limpezas de reservatórios, sistematizando-os de forma compreensível aos consumidores e disponibilizando-os para pronto acesso e consulta pública, em atendimento às legislações específicas de defesa do consumidor e acesso à informação; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XVIII - implementar as ações de sua competência descritas no Decreto nº 5.440, de 4 de maio de 2005, ou em instrumento legal que venha substituí-lo; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XIX - exigir do responsável pelo carro-pipa, a autorização para transporte e fornecimento de água para consumo humano emitida pela autoridade de saúde pública, quando o carro-pipa não pertencer ao próprio responsável pelo SAA ou SAC, nos termos do inciso V do art. 13 deste Anexo; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XX - fornecer ao responsável pelo carro-pipa, no momento do abastecimento de água, documento com identificação do SAA ou SAC onde o carro-pipa foi abastecido, contendo a data e o horário do abastecimento; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XXI - notificar previamente à autoridade de saúde pública e informar à respectiva entidade reguladora e à população abastecida, quando houver operações programadas, que possam submeter trechos do sistema de distribuição à pressão negativa ou intermitência; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XXII - comunicar imediatamente à autoridade de saúde pública municipal e informar à população abastecida, em linguagem clara e acessível, a detecção de situações de risco à saúde ocasionadas por anomalia operacional ou por não conformidade na qualidade da água, bem como as medidas adotadas; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

XXIII - assegurar pontos de amostragem; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

a) na saída de cada filtro ou após a mistura da água filtrada, caso seja comprovado o impedimento da realização do monitoramento individual de cada unidade filtrante; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

b) na saída do tratamento; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

c) no(s) reservatório(s); (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

d) na rede de distribuição; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

e) nos pontos de captação. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

Art. 15. O responsável por SAA ou SAC deve requerer, junto à Autoridade de Saúde Pública Municipal, autorização para início da operação e fornecimento de água para consumo humano, mediante a apresentação dos seguintes documentos: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

I - anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela operação do sistema ou solução alternativa coletiva; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

II - comprovação de regularidade junto ao órgão ambiental e de recursos hídricos; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

III - laudo de análise dos parâmetros de qualidade da água previstos neste Anexo; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

IV - plano de amostragem. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

### Seção VI

Do responsável pela distribuição e transporte de água potável por meio de carro-pipa

(Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

Art. 16. Compete ao responsável pela distribuição e transporte de água potável por meio de carro-pipa: (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

I - solicitar à autoridade de saúde pública autorização para transporte de água para consumo humano e cadastramento do carro-pipa; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

II - abastecer o carro-pipa exclusivamente com água potável, proveniente de sistema ou solução alternativa coletiva de abastecimento de água; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

III - manter as condições higiênico-sanitárias do carro-pipa exigidas pela autoridade de saúde pública; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

IV - utilizar tanques, válvulas e equipamentos de carga e descarga da água exclusivamente para armazenamento e transporte de água potável, fabricados em materiais que não alteram a qualidade da água; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

V - portar o documento exigido no inciso XX, art. 14 deste Anexo e a autorização para transporte de água potável emitida pela autoridade de saúde pública, durante o deslocamento do carro-pipa; (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

VI - manter o teor mínimo de cloro residual livre de 0,5 mg/L; e (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

VII - garantir que o tanque utilizado para o transporte de água potável contenha, de forma visível, a inscrição "ÁGUA POTÁVEL" e os dados de endereço e telefone para contato. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

Parágrafo único. É vedado o transporte de água potável em carro-pipa com tanque compartimentado utilizado para transporte de outras cargas. (Redação dada pela PRT GM/MS nº 888 de 04.05.2021)

**Focinheiras:** devem ser de material macio, como as de plástico, ou rígido, como as de grade, adaptável aos diferentes tipos de focinhos, para a manutenção da respiração e da salivação normais. O tecido deve ser colocado ao redor do pescoço e suas pontas unidas pela mão do funcionário no alto da cabeça do animal, mantendo as patas imóveis por outro operador. As narinas do animal devem permanecer sempre livres.

**Gaiola de contenção:** utilizada para administração de medicamentos injetáveis ou tratamento de ferimentos. Possui parede retrátil para restringir ao máximo a movimentação do animal.

**Luvas:** podem ser confeccionadas em diversos materiais, mas devem ser resistentes, espessas, macias e flexíveis, em diferentes comprimentos de cano (braço), curto a longo, e aprovadas pelo Ministério do Trabalho. Devem ser utilizadas como proteção individual do trabalhador.

**Mordaça:** pode ser confeccionada de corda macia em fibra de algodão (com aproximadamente 2 metros de comprimento) ou em material plástico (polietileno) revestido de borracha e tecido do tipo velcro.

**Puçá:** rede de malha de algodão trançado, fixada a um aro de material leve e rígido, com cabo, geralmente confeccionado em alumínio. Pode ser eficiente, em situações especiais, para manejar cães de pequeno porte (assim como gatos, morcegos ou pequenos vertebrados).

**Redes:** quando ocorrer o uso de redes, o tamanho e a resistência da malha, tal como o tamanho da rede em relação ao porte do animal, devem ser observados.

**Rede com aro:** rede de malha de algodão trançado, fixada a um aro de material rígido, geralmente confeccionado em alumínio. Pode ser utilizado para o recolhimento de cães (assim como gatos, morcegos ou pequenos vertebrados), especialmente em ambientes abertos.

**Rede sem aro:** rede de malha de algodão trançado, com ou sem pequenos pesos nas bordas para mantê-la esticada. Pode ser utilizada em grandes áreas abertas, auxiliando na limitação do espaço de circulação do animal.

#### Para bovinos, equinos, suínos e pequenos ruminantes

**Corda:** preferencialmente, deve ser de couro, nylon ou seda, com espessura de 10 milímetros e comprimento mínimo de 15 metros. Recomenda-se a disponibilidade de, pelo menos, duas unidades para uso diário.

**Cabresto:** deve ter as mesmas especificações da corda e estar disponível em número suficiente e tamanho adequado à idade do animal. Recomenda-se que a equipe de recolhimento disponha de um número de cabrestos superior ao de recolhimentos de rotina, já que a quantidade de animais a ser recolhida pode ser superior à estimativa inicial da solicitação.

**Laço:** deve ser utilizado por funcionário capacitado e apto ao seu emprego, sendo confeccionado em material resistente, com maleabilidade limitada, preferencialmente de couro macio e trançado, com comprimento suficiente para garantir a contenção do animal e a segurança do funcionário e da população que circula nas proximidades.

**Cachimbo ou pito:** esse equipamento é utilizado para manejar animais com comportamento arredo ou arisco, ou em situações em que outras técnicas de contenção não sejam aplicáveis ou já tenham sido empregadas sem sucesso. Deve ser leve para facilitar o manejo, com laço de material macio e flexível, como algodão, seda ou nylon, e cabo com 2 metros de comprimento.

**Isclas:** pode-se utilizar capim, feno, pequena quantidade de ração, cenoura ou outros. As isclas devem ser substituídas diariamente, evitando que sejam ingeridas pelo animal após deterioração. O uso de isclas auxilia na aproximação, uma vez que, por curiosidade e atração pelo cheiro, o animal se aproximará com mais confiança.

#### Para todos os tipos de animais

**Veículo:** o veículo de transporte animal deve ser leve, seguro e ágil para deslocamento em áreas de maior tráfego. Deverá, ainda, ser compatível com atividades em áreas rurais e em aclive ou declive. Preferencialmente, deve carregar cones para sinalização de vias de trânsito e telefone móvel, radiocomunicador ou outro meio de comunicação com a equipe.

Os veículos e os recipientes utilizados para o transporte de animais devem ser concebidos, construídos e montados de forma adequada para a espécie, de acordo com o tamanho e o peso dos animais a serem transportados.

Os veículos e compartimentos de transporte devem ser projetados com as estruturas necessárias para minimizar a oportunidade de escape pelos animais. Além disso, com a finalidade de minimizar a propagação de doenças infecciosas, os compartimentos de transporte devem ser projetados para permitir uma melhor limpeza e desinfecção, bem como a contenção de fezes e urina durante uma viagem.

**Observação:** as aves devem ser transportadas em caixas apropriadas com boa ventilação e, preferencialmente, confeccionadas em material plástico.

### 3 ATIVIDADES LABORATORIAIS

As atividades laboratoriais relacionadas às ações e aos serviços públicos de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, devem obedecer ao que já estabelecem os programas de controle de doenças do Ministério da Saúde ou devem pautar-se pela necessidade de diagnóstico local, de acordo com o contexto epidemiológico.

#### 3.1 Laboratório de diagnóstico de zoonoses

O laboratório de diagnóstico de zoonoses deve realizar testes em amostras biológicas de animais para elucidação diagnóstica das zoonoses de relevância para a saúde pública, tanto para a confirmação de suspeitas clínicas como para as ações de vigilância epidemiológica.

As atividades desenvolvidas devem levar em consideração a relevância epidemiológica das zoonoses que ocorrem na localidade/região e a disponibilidade de insumos da rede de laboratórios do SUS.

Os testes diagnósticos poderão ser realizados na Unidade de Vigilância de Zoonoses (UVZ), quando possível e indicado, ou em outro laboratório da rede do SUS, de acordo com a estruturação laboratorial já instalada no município, na regional de saúde ou no Estado. Entretanto, em caso de impossibilidade, o exemplar poderá ser encaminhado para uma instituição parceira oficial ou deverá ser encaminhado para o laboratório de referência, quando indicado.

**3.1.1 Processamento das amostras**

Cada UVZ/área de vigilância de zoonoses deve ter protocolo para coleta, armazenamento, acondicionamento e envio de amostras biológicas para diagnóstico de zoonoses. No entanto, o quadro a seguir (Quadro 2) dispõe de orientações básicas para a realização de testes diagnósticos de algumas zoonoses que podem ser executados nos laboratórios das UVZ e da rede de serviços de saúde.

**Quadro 2 – Tipo de material e conservação de amostras biológicas para serem encaminhadas para testes diagnósticos**

Exame	Material	Conservação	Técnica	Observação
Raiva (diagnóstico) Tipificação antigênica e genética	Encéfalo ou fragmentos do córtex, cerebelo e hipocampo. Morcegos vivos ou mortos. Amostras positivas (original, inóculo ou primeira passagem em camundongo).	Até 24 horas da coleta: refrigerado. Mais de 24 horas: congelado.	I.F.D. (Técnica de Imunofluorescência Direta); Inoculação em Camundongo; RT-PCR (Reação em cadeia da polimerase em tempo real). I.F.I sequenciamento.	Nunca conservar o material em álcool, formol ou similar. Morcego: animal para identificação do espécime.
Leishmaniose Visceral Canina Sorologia	Soro (1 ml) ou sangue (5 ml).	Soro: congelado. Sangue: refrigerado.	TR-DPP (Teste rápido de plataforma de duplo percurso) e Elisa (ensaio imunoenzimático)	.A amostra de sangue deve ser colhida em tubo sem anticoagulante.
Parasitológico	Fragmentos de pele íntegra, pele com lesão (quando presente), baço, fígado e linfonodo	.Armazenado em formalina tamponada neutra a 10%, e m frascos de vidro ou plástico, de boca larga e tampa plástica de rosca.	Parasitológico indireto.	O tempo recomendado para fixação do fragmento de tecido é de 48 horas.
Grupo da Febre Maculosa	Soro (1 ml) ou sangue (5 ml).	Soro: congelado. Sangue: refrigerado.	I.F.I. - IgG e IgM. (Técnica de Imunofluorescência Direta para Imunoglobulina G e M)	Cães, equinos, capivaras e outros vertebrados de importância epidemiológica.
	Carrapato	Espécime em álcool 100%.	PCR (Reação em cadeia da polimerase).	Realizar a identificação entomológica antes de enviar para o laboratório.
Toxoplasmose	Soro (1 ml) ou sangue (5 ml)	Soro: congelado. Sangue: refrigerado	.I.F.I. (Técnica de Imunofluorescência Indireta) e Hemaglutinação.	Recomendam--se amostras pareadas.
Criptococose	Fezes de morcegos e pombos	Até 24 horas da coleta: temperatura ambiente. Após: refrigerado.	Isolamento em meio de cultura	.A orientação para coleta de fezes será fornecida pelo laboratório.
Dirofilariose	Sangue colhido com EDTa (ácido etilendiamino tetracético) (3 ml).	Refrigerado	Direto a fresco e Knott modificado	
Parasitológico	Fezes (20 g)	Refrigerado	Hoffmann, Ritchie, Faust, Água-Éter, Willis	A amostra não deve esta contaminada com urina.
	Solo (100 g)	Refrigerado	Centrífugo-flutuação	
Histoplasmose	Fezes de morcegos e pombos	Até 24 horas da coleta: temperatura ambiente. Após: refrigerado.	Inoculação em camundongo e Isolamento em meio de cultura	
Dermatofitoses	Raspado de pele, pelos e unhas.	Temperatura ambiente	Isolamento em meio de cultura.	Enviar em frasco limpo e seco ou entre lâminas de vidro.

**Situação: criação e/ou comércio de animais para consumo ou produtos de origem animal, em área urbana.**

**Órgãos e/ou setores competentes: Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Agricultura.**

**Situação: criação e/ou comércio de animais silvestres ou exóticos.**

**Órgãos e/ou setores competentes: Agricultura e Meio Ambiente.**

**Situação: maus-tratos a animais.**

**Órgãos e/ou setores competentes: Meio Ambiente e Segurança Pública.**

**Situação: prática ilegal de profissão.**

**Órgãos e/ou setores competentes: Segurança Pública, conselhos profissionais e Vigilância Sanitária.**

**Situação: vulnerabilidade quanto ao saneamento ambiental.**

**Órgãos e/ou setores competentes: Meio Ambiente, Vigilância Sanitária, Assistência à Saúde e Assistência Social.**

Observação: em todas as situações citadas e em qualquer outra, ficará a critério do profissional responsável pela inspeção zoossanitária realizar a interlocução pertinente.

### 5.1.3 Procedimentos

#### 5.1.3.1 Triage das solicitações

As solicitações para realizar a inspeção zoossanitária devem ser triadas por pertinência e prioridade e, após avaliação de necessidade de visita ao local, estabelecer roteiros segundo rotina operacional da unidade.

#### 5.1.3.2 Diagnóstico situacional

Visita ao local pelo profissional de saúde, preferencialmente um técnico de nível superior e com status de autoridade sanitária.

Nessa etapa, devem ser observadas questões como: identificação e caracterização do ambiente, espécie envolvida, número de animais por espécie, condições higiênico-sanitárias do local, condição aparente de saúde dos animais, destinação de resíduos, condições de alojamento, presença de abrigos, fonte de alimento e água, interação e/ou contato entre pessoas e animais, entre outras condições que propiciem o risco iminente de transmissão de zoonoses de relevância para a saúde pública.

Além disso, deve-se avaliar o risco de transmissão de zoonose para a população vizinha ao eventual foco, bem como de contaminação do ambiente que circunda a área-alvo. Deve-se considerar, ainda, quando houver ocorrência de animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, o risco de infestação por esses animais em áreas vizinhas ao foco.

#### 5.1.3.3 Encaminhamentos

Ausência de situação irregular: não constatada situação irregular, deve ser elaborado relatório de vistoria – que proporciona celeridade ao processo – para encerramento do caso.

Presença de situação irregular: constatada situação irregular, deve-se elaborar um laudo técnico, acompanhado de um Termo de Adequação, elencando as irregularidades constatadas e o conjunto de medidas a serem adotadas para a abordagem do problema em

curto, médio e longo prazos; de forma a eliminar, quando possível, ou reduzir os riscos de transmissão de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

Uma cópia desse laudo com o Termo de Adequação deve ser entregue ao cidadão responsável a qualquer título pelo imóvel e/ou local, com explicação clara do propósito da vistoria e orientações que devem ser seguidas, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas.

Se a situação irregular envolver infração sanitária, deverão ser desencadeados os procedimentos administrativos cabíveis pela autoridade sanitária.

#### 5.1.3.4 Educação em Saúde

Em todas as inspeções, é importante que o profissional realize as ações de educação em saúde com vistas à prevenção de zoonoses ou de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública.

A informação aos cidadãos é necessária para a minimização dos riscos de transmissão de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, inerentes ao processo inadequado de interação entre homem, animais e ambiente. Dessa maneira, o desenvolvimento de atividades de educação em saúde, durante a inspeção zoossanitária, além da correta orientação quanto às atividades a serem realizadas pelo cidadão, em cada caso, é de absoluta importância.

Observação: consultar o tópico “Educação em saúde” deste Manual.

#### 5.1.3.5 Biossegurança e saúde do trabalhador

Para a segurança física dos profissionais, é recomendado que essa atividade seja realizada, pelo menos, em dupla e, sempre que necessário, com acompanhamento de servidores da segurança pública.

Em relação à biossegurança, considerando que os profissionais envolvidos na atividade de inspeção zoossanitária poderão se expor a diferentes tipos de risco, deve-se atentar para a legislação vigente quanto às normas de biossegurança para as zoonoses relacionadas a cada atividade, bem como às normas relacionadas à saúde do trabalhador.

Os equipamentos de proteção individual, os equipamentos de proteção coletiva e os materiais necessários para a realização das inspeções zoossanitárias devem ser avaliados em cada caso, atendendo-se para o uso de vestimenta adequada (macacão ou calça e blusa, bota ou outro calçado), luvas, equipamentos de contenção animal, kit de primeiros socorros, álcool em gel, entre outros.

Observação: consultar o tópico “Biossegurança e Saúde do Trabalhador” deste Manual.

## 6 TRANSVERSALIDADE

A execução de ações transversais pela área de vigilância de zoonoses consiste em estabelecer mecanismos que propiciem a intra e intersetorialidade. Esses mecanismos devem se pautar na interlocução, na articulação, nas parcerias e no estabelecimento de políticas e estratégias para o favorecimento e o fortalecimento das ações e das atividades conjuntas com outras áreas do setor Saúde, e também com outros setores.

Para se buscar a transversalidade, devem-se desenvolver ações integradas de gestão e de prestação de serviços entre diferentes políticas, haja vista os problemas sociais; entre eles, os relativos às

zoonoses e aos acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, serem interligados e interdependentes e se reforçarem mutuamente. Para o setor Saúde, esse processo deve objetivar o estabelecimento de fluxos de informações e ações coordenadas, visando à eficiência e à eficácia das ações necessárias para a proteção e a promoção da saúde coletiva.

No que se refere à intrasetorialidade, esta compreende a interlocução e a articulação sistemática da área de vigilância de zoonoses com outras áreas da Secretaria de Saúde. Quanto à intersetorialidade, a área de vigilância de zoonoses deve articular-se sistematicamente com outros setores vinculados ao Estado (Poder Executivo), bem como a outros setores da sociedade.

A área de vigilância de zoonoses deve propor, articular, apoiar, colaborar e realizar parcerias sistemáticas formais ou informais, intra e interinstitucionais, com órgãos e instituições públicas e privadas, visando às ações de interface entre a saúde humana, a saúde animal e o meio ambiente, para viabilizar o cumprimento das atribuições legais e o desenvolvimento de atividades conjuntas para o fortalecimento das ações e dos serviços de saúde voltados para vigilância, prevenção e controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Para isso, deve-se:

- Executar ações, atividades e estratégias de forma articulada e com interlocução direta com a Atenção Primária à Saúde e em outros níveis de atenção à saúde.

- Executar ações, atividades e estratégias de forma articulada e com interlocução direta com as vigilâncias (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental e de saúde do trabalhador) da secretaria de saúde local.

- Articular e promover a participação comunitária.

- Articular e promover parcerias com organismos governamentais do Poder Executivo Municipal, Estadual e/ou Federal, tais como Meio Ambiente, Saneamento Básico, Limpeza Pública, Segurança Pública e Viária, Agricultura, entre outros.

- Articular e promover parcerias com organismos não governamentais, como instituições de ensino, estabelecimentos veterinários, estabelecimentos de saúde, entre outros, que a área de Vigilância de Zoonoses considerar relevantes para a determinação de uma parceria.

- Subsidiar e participar da elaboração dos planos de saúde, das programações anuais de saúde e do Relatório Anual de Gestão, a partir da análise epidemiológica das zoonoses, em conformidade com a normatização vigente.

- Propor campanhas publicitárias que venham a atender às necessidades da área de Vigilância de Zoonoses.

A área de Vigilância de Zoonoses deve avaliar criteriosamente as atividades a serem executadas, distinguindo-as de atividades relativas a outras políticas públicas, como as de meio ambiente, saúde animal, bem-estar animal, limpeza e segurança pública e viária ou quaisquer outras relacionadas à execução de ações sobre as populações de animais, mesmo que estas incidam sobre as condições de saúde da população humana, conforme disposto no artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 141, de 13 de fevereiro de 2012. Tal avaliação visa à identificação e diferenciação entre as atividades relativas à área de vigilância de zoonoses e aquelas relativas a outros setores.

## 7 EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Considerando que a relação da população humana com seu ambiente, nele incluídos os animais, propicia, muitas vezes, condições para a transmissão e a manutenção de doenças, o processo de educação em saúde consolida-se como uma ferramenta para a prevenção e o controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública. Além disso, deve-se considerar que, sem a efetiva participação da sociedade, as medidas de prevenção e controle dos agravos à saúde tornam-se limitadas e, muitas vezes, ineficientes.

A área de Vigilância de Zoonoses deve conter as informações técnicas e promover a educação em saúde sobre prevenção de doenças em humanos, priorizando a interação do ser humano com os animais e o ambiente.

As atividades de educação em saúde devem ser realizadas de maneira contínua, podendo ser pontuais, conforme o contexto local. Tais atividades são organizadas por meio de programas com objetivos e metas bem definidos, tendo como finalidade incorporar as orientações transmitidas ao cotidiano da população, levando-a a mobilizar-se para a prevenção dos agravos. As doenças e os agravos podem ser trabalhados de forma única ou separadamente, sendo as atividades constantemente monitoradas e avaliadas.

As estratégias, os meios e os artifícios utilizados na comunicação, inclusive os materiais educativos, devem ser elaborados para possibilitar que a informação científica seja repassada de forma compreensível, considerando o contexto social, histórico e cultural da população-alvo.

As ações, as atividades e as estratégias de educação em saúde podem ser executadas de forma interinstitucional, intersetorial e/ou multidisciplinar, com a finalidade de aperfeiçoar o processo e de atingir um público maior, sendo preservados o objetivo e as metas do setor Saúde, quanto à promoção e à proteção da saúde coletiva.

A educação em saúde é, fundamentalmente, uma educação social, não existindo métodos padronizados para suas atividades. Assim, a escolha da estratégia deve basear-se nas características sociais, econômicas, ambientais e culturais locais.

### Estratégias

**Participação comunitária:** a comunidade deve ser estimulada a participar do processo de prevenção de zoonoses, compreendendo sua importância e, efetivamente, fazendo parte dele. Assim, pode ser realizada atividade de educação em saúde em determinada comunidade para incentivar, por exemplo, a criação de mutirões (serviço + comunidade) para a realização de uma atividade.

**Visitas domiciliares:** conforme situação epidemiológica, pode-se utilizar desse tipo de estratégia para influenciar, de forma mais rápida e direta, a população sob risco situada em uma determinada rua, área ou bairro.

**Correspondências:** a principal finalidade dessa estratégia é transmitir a informação desejada a um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo, influenciando diretamente a população sob risco.

**Transversalidade com as equipes de Atenção Básica:** deve-se proceder à interlocução com a área de Atenção Básica, para o alinhamento e a definição das informações a serem repassadas para a comunidade, bem como incentivar essa área a também transmitir para a população a informação sobre prevenção e controle da doença ou do agravo alvo.

### Firefox

Um dos navegadores de internet mais populares, o Firefox é conhecido por ser flexível e ter um desempenho acima da média.

Desenvolvido pela Fundação Mozilla, é distribuído gratuitamente para usuários dos principais sistemas operacionais. Ou seja, mesmo que o usuário possua uma versão defasada do sistema instalado no PC, ele poderá ser instalado.



Algumas características de destaque do Firefox são:

- Velocidade e desempenho para uma navegação eficiente.
- Não exige um hardware poderoso para rodar.
- Grande quantidade de extensões para adicionar novos recursos.
- Interface simplificada facilita o entendimento do usuário.
- Atualizações frequentes para melhorias de segurança e privacidade.
- Disponível em desktop e mobile.

### Google Chrome

É possível instalar o Google Chrome nas principais versões do sistema operacional Windows e também no Linux e Mac.

O Chrome é o navegador de internet mais usado no mundo. É, também, um dos que têm melhor suporte a extensões, maior compatibilidade com uma diversidade de dispositivos e é bastante convidativo à navegação simplificada.



### Principais recursos do Google Chrome:

- Desempenho ultra veloz, desde que a máquina tenha recursos RAM suficientes.
- Gigantesca quantidade de extensões para adicionar novas funcionalidades.
- Estável e ocupa o mínimo espaço da tela para mostrar conteúdos otimizados.
- Segurança avançada com encriptação por Certificado SSL (HTTPS).
- Disponível em desktop e mobile.

### Opera

Um dos primeiros navegadores existentes, o Opera segue evoluindo como um dos melhores navegadores de internet.

Ele entrega uma interface limpa, intuitiva e agradável de usar. Além disso, a ferramenta também é leve e não prejudica a qualidade da experiência do usuário.



### Outros pontos de destaques do Opera são:

- Alto desempenho com baixo consumo de recursos e de energia.
- Recurso Turbo Opera filtra o tráfego recebido, aumentando a velocidade de conexões de baixo desempenho.
- Poupa a quantidade de dados usados em conexões móveis (3G ou 4G).
- Impede armazenamento de dados sigilosos, sobretudo em páginas bancárias e de vendas on-line.
- Quantidade moderada de plug-ins para implementar novas funções, além de um bloqueador de publicidade integrado.
- Disponível em desktop e mobile.

### Safari

O Safari é o navegador oficial dos dispositivos da Apple. Pela sua otimização focada nos aparelhos da gigante de tecnologia, ele é um dos navegadores de internet mais leves, rápidos, seguros e confiáveis para usar.



### O Safari também se destaca em:

- Sincronização de dados e informações em qualquer dispositivo Apple (iOS).
- Tem uma tecnologia anti-rastreamento capaz de impedir o direcionamento de anúncios com base no comportamento do usuário.
- Modo de navegação privada não guarda os dados das páginas visitadas, inclusive histórico e preenchimento automático de campos de informação.
- Compatível também com sistemas operacionais que não seja da Apple (Windows e Linux).
- Disponível em desktops e mobile.

### INTRANET

A intranet é uma rede de computadores privada que assenta sobre a suíte de protocolos da Internet, porém, de uso exclusivo de um determinado local, como, por exemplo, a rede de uma empresa, que só pode ser acessada pelos seus utilizadores ou colaboradores internos<sup>35</sup>.

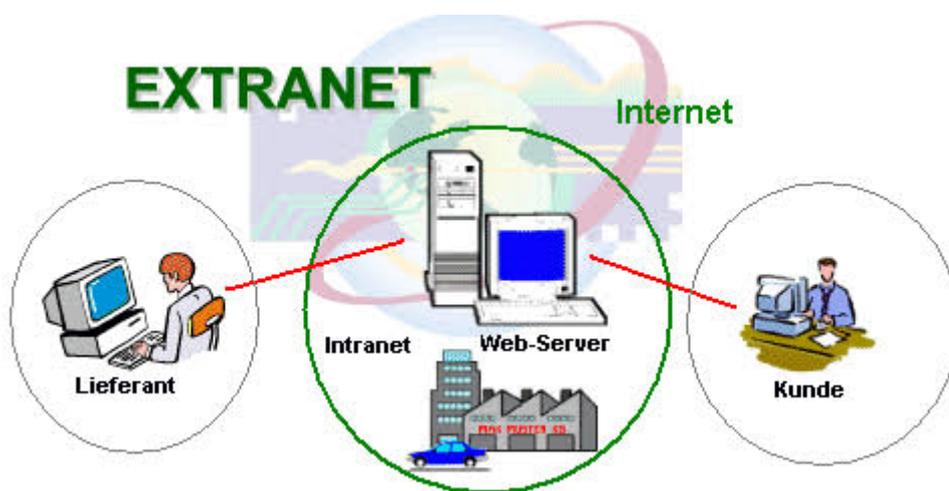
Pelo fato, a sua aplicação a todos os conceitos emprega-se à intranet, como, por exemplo, o paradigma de cliente-servidor. Para tal, a gama de endereços IP reservada para esse tipo de aplicação situa-se entre 192.168.0.0 até 192.168.255.255.

Dentro de uma empresa, todos os departamentos possuem alguma informação que pode ser trocada com os demais setores, podendo cada sessão ter uma forma direta de se comunicar com as demais, o que se assemelha muito com a conexão LAN (Local Area Network), que, porém, não emprega restrições de acesso.

A intranet é um dos principais veículos de comunicação em corporações. Por ela, o fluxo de dados (centralização de documentos, formulários, notícias da empresa, etc.) é constante, pretendendo reduzir os custos e ganhar velocidade na divulgação e distribuição de informações.

Apesar do seu uso interno, acessando aos dados corporativos, a intranet permite que computadores localizados numa filial, se conectados à internet com uma senha, acessem conteúdos que estejam na sua matriz. Ela cria um canal de comunicação direto entre a empresa e os seus funcionários/colaboradores, tendo um ganho significativo em termos de segurança.

### EXTRANET



Quando alguma informação dessa intranet é aberta a clientes ou fornecedores dessa empresa, essa rede passa a ser chamada de extranet. Se sua empresa tem uma intranet e seu fornecedor também e ambas essas redes privadas compartilham uma rede entre si, para facilitar pedidos, pagamentos e o que mais precisarem, essa rede compartilhada é conhecida como extranet. Ainda, se sua empresa abre uma parte de sua rede para contato com o cliente, ou permite uma interface de acesso dos fornecedores essa rede com ele é chamada de extranet.

Tecnicamente, os sistemas que permitem isso são os mesmos da intranet, com a diferença que aqui é necessário um acesso à internet. A diferença básica entre intranet e extranet está em quem gerencia a rede. O funcionamento é o mesmo e a arquitetura da rede é a mesma. Só que em uma intranet, quem gerencia é só uma empresa, enquanto que em uma extranet, os gerentes são as várias empresas que compartilham a rede.

A extranet seria uma extensão da intranet. Funciona igualmente como a intranet, porém sua principal característica é a possibilidade de acesso via internet, ou seja, de qualquer lugar do mundo você pode acessar os dados de sua empresa. A ideia de uma extranet é melhorar a comunicação entre os funcionários e parceiros além de acumular uma base de conhecimento que possa ajudar os funcionários a criar novas soluções.

Algumas pessoas consideram a extranet como uma “intranet que saiu da empresa”. É uma intranet que se estende aos clientes e fornecedores, e que pode ser acessada de fora da empresa, contudo permanece restrita ao público de interesse da organização.

<sup>35</sup> <https://centraldefavoritos.com.br/2018/01/11/conceitos-basicos-ferramentas-aplicativos-e-procedimentos-de-internet-e-intranet-parte-2/>

2. (TJ/DFT - ESTÁGIO - CIEE/2019) O PowerPoint permite, ao preparar uma apresentação, inserir efeitos de transições entre os slides. Analise os passos para adicionar a transição de slides.

- ( ) Selecionar Opções de Efeito para escolher a direção e a natureza da transição
- ( ) Selecionar a guia Transições e escolher uma transição; selecionar uma transição para ver uma visualização.
- ( ) Escolher o slide no qual se deseja adicionar uma transição.
- ( ) Selecionar a Visualização para ver como a transição é exibida.

A sequência está correta em

- (A) 3, 2, 1, 4.
- (B) 1, 2, 3, 4.
- (C) 3, 4, 1, 2.
- (D) 1, 4, 2, 3.

3. (Prefeitura de Contagem - MG - Auditor Fiscal - Fiscalização) Considere que a seguinte planilha foi elaborada no Microsoft Excel 2016, instalado em um computador com Windows 10.

	A	B
1	B	
2	B	
3	C	
4	B	
5	B	
6	A	
7	A	
8		

As colunas da planilha estão identificadas pelas letras A e B, no topo da imagem, e as linhas pelos números de 1 a 8, no canto esquerdo da imagem.

Após inserir a função

=CONT.SE(A1:A7;SE(A1="A";"A";"B")) na célula A8, será exibido, nessa célula, o número

Alternativas

- (A) 2
- (B) 3
- (C) 4
- (D) 5
- (E) 6

4. (PREFEITURA DE AREAL - RJ - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - GUALIMP/2020) São características exclusivas da Intranet:

- (A) Acesso restrito e Rede Local (LAN).
- (B) Rede Local (LAN) e Compartilhamento de impressoras.
- (C) Comunicação externa e Compartilhamento de Dados.
- (D) Compartilhamento de impressoras e Acesso restrito.

5. (PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO/MG - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - COTEC/2020) Os termos internet e World Wide Web (WWW) são frequentemente usados como sinônimos na linguagem corrente, e não são porque

- (A) a internet é uma coleção de documentos interligados (páginas web) e outros recursos, enquanto a WWW é um serviço de acesso a um computador.
- (B) a internet é um conjunto de serviços que permitem a conexão de vários computadores, enquanto WWW é um serviço especial de acesso ao Google.
- (C) a internet é uma rede mundial de computadores especial, enquanto a WWW é apenas um dos muitos serviços que funcionam dentro da internet.
- (D) a internet possibilita uma comunicação entre vários computadores, enquanto a WWW, o acesso a um endereço eletrônico.
- (E) a internet é uma coleção de endereços eletrônicos, enquanto a WWW é uma rede mundial de computadores com acesso especial ao Google.

6. (IESES - 2022 - Prefeitura de Palhoça - SC - Professor de Anos Finais) Para se realizar pesquisas na internet, habitualmente recorre-se a sites de busca. Um site de busca é um tipo de sistema online encarregado de pesquisar arquivos armazenados em servidores da Internet. São sites de busca, EXCETO:

Alternativas

- (A) Yahoo.
- (B) Bing.
- (C) Tinder.
- (D) Google.

7. (IPE SAÚDE - ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE - FUNDATEC/2022) O recurso do Windows 10 que, quando acionado, mantém o computador ligado com baixo consumo de energia e com o monitor desligado é chamado:

- (A) Suspende.
- (B) Repousar.
- (C) Desligar.
- (D) Reiniciar.
- (E) Desconectar.

8. (MJSF - TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO - CESPE/CEBRASPE/2022) Com relação ao Windows 10 e às suas ferramentas para gerenciamento de arquivos e diretórios, julgue o item que se segue.

Na área de trabalho do Windows, estão disponíveis as ferramentas de configuração de rede, de hardware e de instalação e desinstalação de programas.

- ( ) CERTO
- ( ) ERRADO

9. (IMBEL - ANALISTA ESPECIALIZADO - FGV/2021) O Windows 10 oferece vários utilitários que podem ser invocados por meio da linha de comando. Assinale a opção que indica a principal função do utilitário ping.

- (A) Configurar o Firewall.
- (B) Finalizar um processo.
- (C) Configurar impressoras.
- (D) Alterar o registro do Windows.
- (E) Verificar a conectividade entre computadores.

10. (CREFONO - 1ª REGIÃO - AGENTE FISCAL - QUADRIX/2020) Julgue o item acerca do programa Microsoft Excel 2013, do sistema operacional Windows 10 e dos conceitos de redes de computadores.

Hibernar e Desligar são opções de desligamento do Windows 10. Ambas, quando utilizadas, poupam uma grande quantidade de energia.

- ( ) CERTO  
( ) ERRADO

11. (COREN/MT - ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO - UFMT/2019) Sobre segurança da informação ao utilizar dispositivos móveis, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por se tratar de equipamentos de baixa vulnerabilidade, não é necessária a instalação de um programa antivírus.  
(B) Recomenda-se manter interfaces de comunicação, como bluetooth, infravermelho e Wi-Fi sempre ativadas, mesmo quando não utilizadas.  
(C) Ao adquirir um dispositivo móvel usado, não é recomendado restaurar as configurações originais de fábrica.  
(D) Ao baixar e instalar aplicativos, é aconselhado obtê-los de lojas oficiais ou de sites dos fabricantes.

12. (FUNPAPA - ARTE EDUCADOR - AOCP/2018) Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma boa prática para segurança considerando dispositivos móveis.

- (A) Mantenha o sistema operacional e as aplicações instaladas sempre com a versão mais recente e com todas as atualizações aplicadas.  
(B) Fique atento às notícias veiculadas no site do fabricante, principalmente as relacionadas à segurança.  
(C) Caso opte por adquirir um modelo já usado, procure restaurar as configurações originais, ou “de fábrica”.  
(D) Realize sempre o desbloqueio (jailbreak) no caso de compra de um dispositivo usado.  
(E) Configure-o para que seja localizado e bloqueado remotamente, por meio de serviços de geolocalização.

13. (PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO/MG - TÉCNICO EM INFORMÁTICA - COTEC/2020) Os softwares antivírus são comumente utilizados para proteger os sistemas de ameaças e potenciais softwares malintencionados (conhecidos por malwares). Alguns usuários de computadores chegam a instalar mais de um antivírus na mesma máquina para sua proteção. Verifique o que pode ocorrer no caso da instalação de mais de um antivírus:

I - Um antivírus pode identificar o outro antivírus como sendo uma possível ameaça.

II - Vai ocasionar um uso excessivo de processamento na CPU do computador.

III - Apesar de alguns inconvenientes, há um acréscimo do nível de segurança.

IV - Instabilidades e incompatibilidades podem fazer com que vulnerabilidades se apresentem.

Estão CORRETAS as afirmativas:

- (A) I, II e IV, apenas.  
(B) I, III e IV, apenas.  
(C) II e III, apenas.  
(D) II e IV, apenas.  
(E) II, III e IV, apenas.

14. (PREFEITURA DE TOLEDO/PR - ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO - PREFEITURA DE TOLEDO/PR/2020) Programas antivírus tem uma importância um tanto quanto fundamental para os usuários. As principais funções dessa ferramenta são, EXCETO:

- (A) Atuar para identificação e eliminação da maior quantidade de vírus possível.  
(B) Verificar continuamente os discos rígidos, HDs externos e mídias removíveis.  
(C) Trabalhar sincronizado com outro antivírus para aumentar o nível de segurança.  
(D) Ao encontrar um problema o software em questão avisa o usuário.  
(E) A utilização de uma versão paga oferece ao usuário mais segurança.

15. (PREFEITURA DE BOA VISTA/RR - GUARDA CIVIL MUNICIPAL - SELECON/2020) No que diz respeito às ferramentas multimídia, de reprodução de áudio e vídeo, de imagens e figuras para trabalhar na catalogação de arquivos, é preciso conhecer os padrões de formatos. Neste sentido, um deles possui as características listadas a seguir.

É usado para exibir e compartilhar documentos com segurança, independentemente do software, do hardware ou do sistema operacional. Criado pela Adobe, é atualmente um padrão aberto mantido pela International Organization for Standardization (ISO). Os arquivos neste formato podem conter links e botões, campos de formulário, áudio, vídeo e lógica de negócios, além de poderem ser assinados eletronicamente, exibidos e lidos por meio do software Acrobat Reader DC.

Esse formato é conhecido pela sigla:

- (A) PDF  
(B) CDR  
(C) MP3  
(D) JPG

16. (ITEP/RN - AGENTE DE NECRÓPSIA - INSTITUTO AOCP/2018) Em relação à transferência de arquivos pela internet, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando uma pessoa envia um arquivo de seu computador para um site na internet, a operação de transferência que está sendo executada é conhecida como Download.  
(B) FTP é um protocolo que pode ser utilizado para transferir arquivos entre computadores conectados à internet.  
(C) Podemos considerar os termos Upload e Download como análogos, ou seja, possuem o mesmo significado.  
(D) O protocolo FTP é utilizado exclusivamente para se realizar o acesso a websites na internet.  
(E) O termo Upload se refere à velocidade na qual um computador conectado à internet consegue receber os dados de um website qualquer.

17. (PREFEITURA DE JAHU/SP - FARMACÊUTICO - OBJETIVA/2019) Ao fazer a transferência de um arquivo de um computador remoto para um computador local, qual procedimento é utilizado?

- (A) Compactação.  
(B) Criptografia.  
(C) Upload.  
(D) Download.